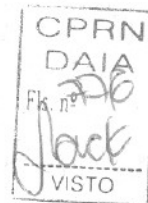




SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



**PARECER TÉCNICO DE FAUNA nº 37/07 – DPRN-4**

**Interessado:** Central Energética Moreno de Monte Aprazível Açúcar e Álcool

**Processo SMA:** 13.570/2006

**Município:** Monte Aprazível

**Assunto:** Ampliação de Usina de Açúcar e Álcool e co-geração de energia

Trata-se de solicitação de parecer técnico referente ao item fauna do EIA-RIMA, cujo coordenador e responsável técnico é o Engº. Civil Kleber Antônio Torezan, CREA nº 5060759440/D, visando à ampliação de usina de álcool e açúcar, no município de Monte Aprazível.

Após análise do respectivo item, verificou-se que foram amostradas três áreas de interesse: a área onde será ampliado o parque industrial (ADA); área de ampliação agrícola (AID); e área que abrange os municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê – UGHRI 19 (AII). No total da ADA foi considerado 16,94 ha recoberto por pastagens e desprovido de adensamentos florestais.

Para demanda industrial atual é necessário, para safra 2006/07, o plantio de 7.143,06 ha cana, com a ampliação pretendida, na safra 2007/08, a área agrícola sofrerá um aumento de 12.850 ha.

No levantamento de fauna foram descritas 9 espécies ameaçadas de extinção, conforme o Decreto Estadual nº 42.838/98, o que demonstra que a região ainda é capaz de sustentar uma fauna rica com espécies de hábitos florestais.

Tabela com as espécies ameaçadas de extinção registradas por métodos primários.

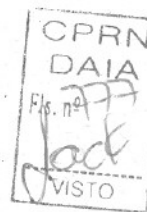
| Nome Popular        | Nome Científico                 | Categoria de Ameaça    |
|---------------------|---------------------------------|------------------------|
| Soldadinho          | <i>Antilophia galeata</i>       | Em Perigo              |
| Bugio               | <i>Alouatta guariba</i>         | Vulnerável             |
| Marreca-negrinha    | <i>Netta erythrophthalma</i>    | Vulnerável             |
| Papagaio-verdadeiro | <i>Amazona aestiva</i>          | Vulnerável             |
| Cabeça-seca         | <i>Mycteria americana</i>       | Vulnerável             |
| Lontra              | <i>Lutra longicaudis</i>        | Vulnerável             |
| Tamanduá-mirim      | <i>Tamandua tetradactyla</i>    | Provavelmente Ameaçada |
| Mão-pelada          | <i>Procyon cancrivorus</i>      | Provavelmente Ameaçada |
| Gato-mourisco       | <i>Herpailurus yagouaroundi</i> | Provavelmente Ameaçada |

A Cuíca-d'água (*Lutreolina crassicaudata*) foi inserida erroneamente como espécie ameaçada, pois a mesma não consta na lista do Decreto Estadual acima citado.

Na fase de implantação agrícola, que abrange as áreas arrendadas de terceiros, não há previsão de conversão de áreas recobertas por vegetação nativa



**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS**



para implantação de lavouras de cana-de-açúcar, portanto não haverá perda de habitats para a fauna florestal.

Segundo os profissionais responsáveis pelo RAP a maior riqueza de avifauna ocorre nas áreas pantanosas como as várzeas do Ribeirão Ponte Nova (Fazenda Itamaraty), Ribeirão Santa Bárbara e Ribeirão Mato Grosso. Deste modo, como existe um grande número de espécies ameaçadas de extinção que possuem hábitos preferencialmente florestais, deverá ser realizado um programa de recuperação das APPs de todas as áreas consideradas por este Estudo, visando possibilitar a conexão entre os fragmentos e as APPs existentes, no sentido de manutenção do fluxo gênico da fauna local, assim como proposto a pg. 21 – “promover a interligação da vegetação nativa pela reposição florestal”.

Assim, para a próxima fase do licenciamento deverão ser implantadas as ações propostas no presente estudo que visam à proteção da vegetação nativa e a implantação de corredores ecológicos, como o “Programa de Reflorestamento e Monitoramento da Vegetação Reflorestada na Bacia do Ribeirão da Cachoeira”.

Apesar do levantamento de ictiofauna não ter apresentado uma grande riqueza, será sobre ela que irão ocorrer alguns dos impactos negativos, como assoreamento, elevação da turbidez e contaminação dos cursos d’água por calagem e adubação. Deste modo, as medidas mitigadoras que visam a preservação da qualidade dos recursos hídricos também são de vital importância para a preservação da fauna aquática, devendo ser implementadas.

Porém o projeto de repovoamento da Ictiofauna proposto á pg. 23 só deverá ser implantado se houver acompanhamento de Instituições de Pesquisa tais como o CEPTA (Centro de Pesquisa de Aqüicultura do IBAMA), CUNESP (Centro de aqüicultura da UNESP), Instituto de Pesca ou outra que seja reconhecida por ato fundamentado. Caso esse acompanhamento não seja feito, podem ocorrer problemas por se introduzir alevinos de espécies alóctones (que não são originários da região), como ocorrido, por exemplo, com o tucunaré, nos reservatórios do Sudeste do Brasil, causando danos à biodiversidade nativa. Pode também, os alevinos introduzidos, serem portadores e vetores de organismos patogênicos que ameaçam a fauna e flora aquática nativas.

Deverá ser realizado o monitoramento da fauna silvestre, em continuidade ao plano em andamento atualmente, para comparação da composição das comunidades de fauna e verificação de possíveis impactos não previstos no presente estudo pela ampliação da área agrícola.

Ressaltamos que o monitoramento em andamento, que está atualmente na 4ª campanha, está deficiente no que se refere à apresentação dos resultados e discussão dos mesmos, conforme Parecer Técnico de Fauna nº 70/06 – DPRN - 4 do PSMA 89237/01.

Deste modo, o monitoramento para a nova área de ampliação deverá ser realizado durante mais, no mínimo, dois anos, com campanhas de campo trimestrais, abrangendo as diferentes estações sazonais, com entrega de relatórios



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



semestrais para comparação e discussão dos dados levantados nas diferentes campanhas de campo de modo mais claro e com apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelo monitoramento.

Como está comprovado que o manejo da cultura da cana-de-açúcar com queimada de sua palha traz danos à fauna silvestre e, uma vez que foram relatadas diversas espécies ameaçadas de extinção, sugere-se que este método seja o menos utilizado possível, respeitando-se um raio de 50 metros de fragmentos florestais e de APPs e utilizando aceiros de, no mínimo, 10 metros de largura isolando as áreas acima mencionas.

Quando da utilização da queima da palha da cana, esta deverá ocorrer em sentido único, a fim de permitir o afugentamento da fauna para áreas florestadas e matas ciliares.

Deste modo, com o cumprimento das medidas supracitadas, não vemos óbices, no que se refere à fauna silvestre, à implantação do empreendimento solicitado.

Ao DPRN-4 para prosseguimento.

São Paulo, 19 de março de 2007.

Biol. Msc. Renata Ramos Mendonça  
CRBio nº 03.354/01 - D  
DEPRN